



Conselho da  
União Europeia

Bruxelas, 15 de março de 2024  
(OR. en)

6690/1/24  
REV 1

POLGEN 41  
ECOFIN 205  
EMPL 63  
SOC 114  
COMPET 183  
MI 184  
ENV 187  
IND 89

**NOTA**

---

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Semestre Europeu de 2024 – Relatório de síntese

---

Junto se envia, à atenção das delegações, o relatório de síntese elaborado pela Presidência relativamente às conclusões adotadas pelo Conselho sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável de 2024, o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta, o Relatório Conjunto sobre o Emprego e a Recomendação sobre a política económica da área do euro. Os debates conexos do Conselho realizados em diferentes formações do Conselho sobre o Semestre Europeu de 2024, durante a primeira fase do ciclo, estão também refletidos no documento.

## Contexto

Em 21 de novembro de 2023, a Comissão adotou o "Pacote de outono" para o Semestre Europeu de 2024, que incluía:

- a Análise Anual do Crescimento Sustentável de 2024<sup>1</sup>, que definia as prioridades em matéria de política económica e de emprego da UE para os 12 a 18 meses seguintes, em consonância com as quatro dimensões da sustentabilidade competitiva;
- o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2024<sup>2</sup>, que marcou o início do ciclo anual do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos e cuja execução está integrada no Semestre Europeu;
- a proposta de Relatório Conjunto sobre o Emprego<sup>3</sup>, que analisava a resiliência do mercado de trabalho da UE e destacava os domínios em que se registaram progressos, bem como os domínios que necessitam de melhorias;
- a Recomendação de recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro<sup>4</sup> (recomendação para a área do euro), que recomendava que, para o período 2024-2025, os Estados-Membros da área do euro adotassem medidas a nível individual e a nível coletivo, no âmbito do Eurogrupo.

---

<sup>1</sup> 15627/23

<sup>2</sup> 15628/23

<sup>3</sup> 15438/23 + ADD1

<sup>4</sup> 15630/23

A **Análise Anual do Crescimento Sustentável** define as prioridades em matéria de política económica e de emprego da UE para os 12 a 18 meses que se seguem à sua publicação. O documento dá orientações para reforçar a competitividade da UE através da transição ecológica e digital. A perspetiva económica delineada na Análise Anual do Crescimento Sustentável baseava-se nas previsões económicas do outono apresentadas pela Comissão em novembro de 2023<sup>5</sup>, que demonstravam que a economia europeia estava a crescer a um ritmo mais lento, uma vez que o PIB real apresentava poucos sinais de crescimento nos primeiros três trimestres de 2023 (o crescimento do PIB em 2023 foi de 0,6 % tanto na UE como na área do euro).

A Análise Anual do Crescimento Sustentável referiu importantes desafios estruturais – como o baixo crescimento da produtividade, o envelhecimento e a inclusão social – que têm de ser enfrentados para se permanecer na via da competitividade sustentável. Os acontecimentos geopolíticos disruptivos também demonstraram a necessidade de a UE se manter competitiva num mercado mundial, assegurando simultaneamente que ninguém seja deixado para trás. A coordenação das políticas económicas no âmbito do Semestre Europeu ajuda os Estados-Membros a enfrentar estes desafios, fornecendo orientações estratégicas claras e bem coordenadas para o ano seguinte.

A Análise Anual do Crescimento Sustentável incidiu igualmente sobre a continuação da integração do Mecanismo de Recuperação e Resiliência no Semestre Europeu, a fim de canalizar o investimento para domínios em que são necessárias reformas.

---

<sup>5</sup>[Previsões económicas europeias do outono de 2023](#)

Em 16 de janeiro de 2024, o Conselho ECOFIN aprovou **conclusões sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável de 2024**<sup>6</sup>. Os ministros reconheceram que, embora a incerteza e os riscos de revisão em baixa da previsão económica tivessem aumentado nos meses anteriores, em grande medida devido às tensões geopolíticas e às suas implicações para a volatilidade dos mercados da energia, se esperava uma recuperação gradual do crescimento para 2024, apoiada por um mercado de trabalho ainda forte e pelo processo de desinflação contínuo.

O Conselho concordou, globalmente, com os desafios e as prioridades económicas delineados na Análise Anual do Crescimento Sustentável. Sublinhou a importância de ações políticas rápidas e coordenadas para reforçar a competitividade e a resiliência da economia da UE, com ênfase na resposta aos desafios futuros, nomeadamente no que diz respeito à transição ecológica e digital e ao envelhecimento da população.

Os ministros observaram que, em 2024, o Semestre Europeu continuará a estar ligado à execução dos planos de recuperação e resiliência e assegurará a complementaridade das reformas e dos investimentos com outros instrumentos de financiamento da UE. O Semestre Europeu deverá permanecer centrado principalmente nas políticas económicas, orçamentais e de emprego, inclusive nos desafios em matéria de reformas e de investimento que não são abordados nos planos de recuperação e resiliência, evitando sobreposições entre as várias vertentes do trabalho de supervisão.

---

<sup>6</sup> 5476/24

Nas suas conclusões de 16 de janeiro de 2024 sobre o **Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2024**<sup>7</sup>, o Conselho concordou ainda com a avaliação do documento no que se refere à evolução dos desequilíbrios macroeconómicos e aos riscos emergentes. Os ministros apelaram à aplicação eficiente e a uma melhor integração do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos no quadro de governação económica e referiram a necessidade de acompanhar os desequilíbrios existentes e potencialmente emergentes, bem como de dar uma resposta atempada em termos de políticas, incluindo a aplicação de reformas pertinentes, tal como consta das recomendações específicas por país no contexto do Semestre Europeu e como previsto nos planos de recuperação e resiliência.

No **projeto de recomendação do Conselho de 2024 sobre a política económica da área do euro**<sup>8</sup>, recomenda-se aos Estados-Membros que eliminem as medidas de apoio de emergência no setor da energia o mais rapidamente possível durante o ano em curso e utilizem as poupanças correspondentes para reduzir os défices. As economias da área do euro deverão assegurar a execução contínua, rápida e eficaz dos planos de recuperação e resiliência, aproveitando simultaneamente em pleno os programas da política de coesão e assegurando que a revisão intercalar desses programas tem em conta os novos desafios e recomendações identificados no Semestre Europeu e os progressos realizados na aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, sem reduzir a sua ambição global.

---

<sup>7</sup> 5477/24

<sup>8</sup> 5025/24

No que diz respeito aos aspetos sociais e de emprego<sup>9</sup> do projeto de **recomendação sobre a política económica da área do euro**, os Estados-Membros são incentivados a apoiar uma evolução salarial que atenua a perda de poder de compra, nomeadamente das pessoas com baixos rendimentos, tendo devidamente em conta os riscos para a inflação e a dinâmica da competitividade e evitando divergências duradouras na área do euro. Deverão aplicar políticas ativas do mercado de trabalho para fazer face à escassez de mão de obra e de competências e aumentar a produtividade e o crescimento, enquanto salvagam e reforçam sistemas de proteção social e inclusão adequados e sustentáveis.

A **Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro** deverá ser adotada após a sua aprovação pelo Conselho Europeu de 21 e 22 de março de 2024.

Em 11 de março de 2024, o Conselho EPSCO adotou o **Relatório Conjunto sobre o Emprego 2024**<sup>10</sup>. O documento apresenta a situação do emprego na União Europeia e a aplicação das Orientações para o Emprego. O relatório identifica igualmente as principais prioridades que lhes estão associadas em termos de ação estratégica. O Relatório Conjunto sobre o Emprego 2024 reitera a ênfase na aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Acompanha os progressos realizados na consecução das grandes metas da UE para 2030 em matéria de emprego, competências e redução da pobreza, que foram bem acolhidas pelos dirigentes da UE no Porto<sup>11</sup> e pelo Conselho Europeu de junho de 2021<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> 5146/24

<sup>10</sup> 6073/24

<sup>11</sup> [Declaração do Porto](#)

<sup>12</sup> [Conclusões do Conselho Europeu, 24-25 de junho de 2021](#)

Na mesma reunião, o Conselho aprovou **conclusões sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável e o Relatório Conjunto sobre o Emprego 2024**<sup>13</sup>. No documento, o Conselho exortou os Estados-Membros a refletirem as prioridades da Análise Anual do Crescimento Sustentável e as conclusões do Relatório Conjunto sobre o Emprego nos seus Programas Nacionais de Reformas e a intensificarem a aplicação dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais para alcançar as grandes metas da UE e as metas nacionais para 2030. Exortou igualmente os Estados-Membros a continuarem a modernizar os sistemas de proteção e inclusão social e a combaterem a pobreza e a exclusão social, em especial entre as crianças, tendo também em conta as transições digital e ecológica, as tendências demográficas, o impacto da elevada inflação no poder de compra, em especial o das famílias vulneráveis, e o nível crescente de pobreza energética.

### **Troca de pontos de vista e debates de orientação**

Em 27 de novembro de 2023, o Conselho **EPSCO** realizou um debate de orientação sobre a negociação coletiva ecológica, no contexto do Semestre Europeu. Alguns Estados-Membros observaram que a negociação coletiva ecológica se encontrava numa fase incipiente em alguns países da UE, mas admitiram que o tema poderia ganhar destaque. O intercâmbio de experiências e de boas práticas entre os Estados-Membros em matéria de negociação ecológica foi considerado positivo. As necessidades de justiça social e proteção dos trabalhadores, bem como de formação, melhoria de competências e requalificação, devem adequar-se aos novos tipos de empregos no âmbito da transição ecológica, tal como referiram alguns Estados-Membros. Os parceiros sociais deverão participar nos esforços destinados a fazer face às consequências da transição ecológica no quadro do diálogo social.

---

<sup>13</sup> 6791/1/24 + COR 1

Em 8 de dezembro de 2023, o Conselho **ECOFIN** realizou uma troca de pontos de vista sobre o Semestre Europeu na sequência da apresentação do pacote de outono pela Comissão, nomeadamente sobre: a Análise Anual do Crescimento Sustentável, que define as prioridades em matéria de política económica e de emprego da UE; o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta, que inicia o ciclo anual do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos; a recomendação sobre a área do euro, que contém recomendações dirigidas aos Estados-Membros da área do euro sobre as políticas que afetam o funcionamento da área do euro no seu conjunto.

Em 11 de março de 2024, o Conselho **EPSCO** realizou um debate de orientação sobre a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no contexto do Semestre Europeu e da futura Agenda Social, com vista a definir prioridades políticas para o próximo ciclo legislativo. Muitos Estados-Membros reconheceram que o Pilar é uma das principais realizações da UE e consideraram que deveria continuar a ser a bússola da política social para o próximo ciclo político. Entre os desafios, os Estados-Membros referiram a adaptação à dupla transição e o défice de competências daí resultante, as tendências demográficas e o envelhecimento da população, bem como a necessidade de assegurar um bom equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada.

A "Ecologização do Semestre Europeu", um processo que normalmente decorre no âmbito do Conselho (**Ambiente**), tem vindo a explorar progressivamente formas de introduzir aspetos de sustentabilidade ambiental no Semestre Europeu, contribuindo para encontrar sinergias com o Pacto Ecológico Europeu e os objetivos prioritários do 8.º Programa de Ação em matéria de Ambiente. Em 1 de março de 2024, através de uma consulta por escrito informal sobre os aspetos ambientais do Semestre Europeu, os Estados-Membros salientaram que são necessários facilitadores económicos transversais que contribuam para prosseguir a transição rumo a sistemas de consumo e produção sustentáveis, para combater a perda de biodiversidade e para promover a inovação no domínio das tecnologias verdes.

\*\*\*

Reconhecendo a dimensão parlamentar do Semestre Europeu, a Presidência coorganizou com o Parlamento Europeu a semana parlamentar do Semestre Europeu de 2024<sup>14</sup> (12-13 de fevereiro de 2024), dedicada à governação económica da UE numa perspetiva parlamentar, e participou no debate conjunto do Parlamento Europeu sobre o Semestre Europeu (13 de março de 2024).

---

---

<sup>14</sup> [Semana Parlamentar Europeia | Parlamento Europeu – em inglês \(europa.eu\)](https://europa.eu)